



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640007 - SP (2021/0012513-0)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : ALEXANDRE BESERRA SUBTIL
ADVOGADO : ALEXANDRE BESERRA SUBTIL - SP254047
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : EANE ALEXANDRE GOMES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de EANE ALEXANDRE GOMES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO (Recurso em Sentido Estrito n. 000185-22.2018.8.26.0628).

O paciente foi preso em 27/09/2018 pela suposta prática do delito de tráfico de drogas. Concedida liberdade provisória durante a audiência de custódia, foi novamente preso no dia 13/01/2021 em razão da decisão colegiada que deu provimento ao recurso em sentido estrito manejado pelo Ministério Público Estadual.

O impetrante sustenta que não estariam presentes os requisitos necessários à custódia cautelar, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, porquanto o paciente ostenta condições pessoais e a decisão se baseou tão somente na gravidade abstrata do delito.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva ou a prisão domiciliar ou a imposição de outras medidas cautelares alternativas. No mérito, pugna pela concessão definitiva da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão. O desembargador relator justificou, de forma fundamentada, a necessidade de prisão do paciente (fl. 62):

[...]

Diante do contexto criminoso revelado pelo eficaz trabalho dos agentes da lei, dando conta da prática de tráfico de drogas com organizada divisão de funções e envolvimento de adolescentes a prisão almejada vem a bom termo para garantia da ordem pública. À luz desses elementos, aqui reunidos, suficientes os indicadores da pedra de toque da prisão preventiva, ou seja, demonstrado que está a materialidade do crime e os indícios de autoria, pressupostos postos concretamente na hipótese em destaque, orientação afinada com precedentes do Superior Tribunal de Justiça (HC 452091/SP e HC 449414/SP, Rel. Min. REYNALDO SOARES DA FONSECA, DJ de 29/06/2018).

Destarte, a prisão preventiva vem para garantia da ordem pública, para frenar a atuação de estruturada organização criminosa (STF, HC 95065/SP, Rel. Min. CARMEN LÚCIA;

GUILHERME DE SOUZA NUCCI, Organização Criminosa, Comentários à Lei nº 12.850/2013).

Daí porque se mostra idôneo o pleito de decreto de preventiva, na hipótese assentado na garantia da ordem pública, ante a aparente periculosidade do réu, evidenciada pela gravidade concreta do crime e do risco real da reiteração delitiva (STJ, HC 440095/SP, Rel. Min. REYNALDO SOARES DA FONSECA, DJ de 01/06/2018).

[...]

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência